

Pernambuco cobra solução para precatórios

PÁGINA 2

Na homenagem ao trabalhador, plenário pede apoio à produção

Oito senadores falam na sessão: lamentam o desemprego, cobram reformas, exigem amparo à qualificação profissional e mostram o desenvolvimento econômico como saída para a crise



No plenário, os senadores dedicaram a primeira parte da sessão de ontem a uma homenagem aos trabalhadores

As homenagens do Senado aos trabalhadores foram marcadas ontem por apelos de senadores de diferentes partidos em defesa de estímulos às atividades produtivas. Autor do requerimento da homenagem ao Dia do Trabalho, que transcorre amanhã, o senador Ademir Andrade lembrou que cada ponto percentual de queda na economia brasileira representa um milhão de pobres a mais no país. Mozarildo Cavalcanti, do PFL, disse que a única saída é o desenvolvimento. Eduardo Suplicy, do PT, quer trocar a prioridade atribuída ao sistema financeiro pela dinamização das atividades produtivas. Oito senadores discursaram em plenário.

PÁGINAS 6 E 7

Senado vota seis matérias em semana movimentada por CPIs

O plenário do Senado apreciou seis matérias na semana de 26 a 29 de abril, movimentada pelas atividades de duas comissões parlamentares de inquérito — a do Judiciário e a do Sistema Financeiro. As comissões permanentes também votaram projetos importantes, como o que permite deduzir do Imposto de Renda quantias pagas a empregados domésticos, aprovado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 2

Matérias apreciadas pelo Senado de 26 a 29 de abril de 1999

Projetos aprovados e enviados a sanção	1
Projetos aprovados e enviados a promulgação	3
Total de matérias aprovadas	4
Matérias enviadas ao arquivo	2
Total de matérias apreciadas	6

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO



Sérgio Bragança, da Macrométrica, negou-se a confirmar ou rejeitar como sua a assinatura em documento sobre conta bancária no exterior

Ex-sócio de Lopes se cala sobre conta no exterior

PÁGINA 3

CPI DO JUDICIÁRIO

Prevenção de irregularidades gera debate na comissão



Giovanni Queiroz (D) depõe na CPI do Judiciário e é ouvido pelos senadores Paulo Souto (E) e Ramez Tebet, relator e presidente da comissão

PÁGINAS 4 E 5

Viana quer estradas do Acre sob controle federal

O senador Tião Viana (PT-AC) criticou ontem decisão do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, de transferir a responsabilidade pela construção das rodovias no Acre, da esfera estadual para o âmbito federal, delegando a função diretamente ao DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)). "As estradas representam a 'artéria aorta' do estado, parte importante da integração das populações e da geração de empregos", afirmou.



Tião Viana: foi uma atitude surpreendente

Segundo Tião Viana, foi uma atitude surpreendente. "O ministro não chamou o governador Jorge Viana para conversar, nem tampouco a banca do Acre no Senado. Ele, unilateralmente, tomou a decisão de retirar o dinheiro das obras das mãos do estado para colocá-lo sob a responsabilidade do DNER. As

empresas locais ficaram impossibilitadas de participar em função da exigência de capital próprio de R\$ 2 milhões, o que nenhuma tem", enfatizou.

Em aparte, Gilvam Rocha (PMDB-AP) afirmou que Padilha tomou essa decisão em função de um apelo da bancada do Acre na Câmara. "Os deputados alegaram que o governador estava empenhado em muitas outras frentes e eles queriam garantir que fossem usadas, nesse ano, os recursos orçamentários aprovados. O ministro é um homem democrático e empenhado em construir obras com o menor custo e de maneira mais rápida", disse, oferecendo-se para intermediar um encontro entre Padilha e o governador.

Tião Viana agradeceu a sugestão, explicando que as estradas BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, e BR-317, saída brasileira para o Pacífico, são estratégicas para o desenvolvimento do Acre. "Falta asfaltamento de 400 quilômetros para a primeira e apenas 104 para a segunda", disse. Também apartando, a senadora Marina Silva (PT-AC) considerou as obras dessas duas estradas como fundamentais para impulsionar a agenda positiva que o governador lançará no dia 1º de maio para gerar empregos e renda.

Jarbas pede apoio de ACM para caso dos precatórios

Governador pernambucano defendeu projeto de resolução de Agripino Maia, que incorpora débitos dos precatórios às dívidas dos estados

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, que veio pedir seu apoio para o encaminhamento de uma solução legislativa que permita o reescalonamento da dívida contraída pelos estados de Pernambuco e Santa Catarina, juntamente com a prefeitura de São Paulo, por meio de precatórios.

O governador pernambucano defendeu o projeto de resolução apresentado por Agripino Maia (PFL-RN), que incorpora os débitos dos precatórios ao estoque das dívidas desses estados e da prefeitura paulistana, abrindo caminho para seu escalonamento. Agripino Maia também participou do encontro, juntamente com o senador José Jorge (PFL-PE) e o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE).

Ao relatar o encontro do governador com Antonio Carlos, o senador José Jorge apontou a situação de Pernambuco como exemplo a exigir "uma solução rápida". Segundo informou, em 1º de junho vence uma dívida de R\$ 260 milhões em precatórios, contraída pelo governo anterior, sendo que a arrecadação total do estado é de R\$ 240



Jarbas foi recebido pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para discutir questão que, segundo o senador José Jorge, exige uma "solução rápida"

milhões mensais.

BR-156

A convite do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reuniu-se ontem com integrantes da bancada federal do Amapá e aceitou participar de mobilização em prol da pavimentação da BR-156.

Um ato em Macapá, inicialmente previsto para o próximo dia 20 de maio,

deverá marcar o início dessa mobilização de forças políticas e empresariais, em defesa do asfaltamento da rodovia.

Segundo relatou Gilvam Borges, Antonio Carlos aceitou participar do evento, ao lado do senador José Sarney e do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha. Do encontro de ontem, participaram os deputados federais Badu Picanço, Evandro Milhomen, Fátima Peles e José Seabra.

BALANÇO

Senado votou seis matérias na semana

Seis matérias foram apreciadas pelo plenário do Senado durante esta semana, movimentada pelas atividades de duas CPIs e na qual as comissões técnicas também votaram projetos importantes, como o que permite deduzir no Imposto de Renda quantias pagas a empregados domésticos, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Depois de passar pela CAE, o projeto ficará à disposição do plenário por cinco sessões consecutivas, e, se não houver manifestação contrária, será dado como aprovado pela Casa e enviado à Câmara.

Entre as matérias votadas pelo plenário está autorização de operação de crédito no valor de US\$ 500 milhões para o Programa de Repare-

lamento da Marinha, e outra, de R\$ 357 milhões, para saneamento do Banco do Estado do Amazonas. Os senadores decidiram também referendar os termos da convenção sobre minas, assinada em Ottawa, Canadá, em 1997 (ver página 8).

A CPI do Judiciário ouviu nesta semana os depoimentos do subprocurador-geral da República, Eithel Santiago de Brito Pereira, do ex-gerente do juiz Nicolau dos Santos Neto, Marco Aurélio Gil de Oliveira, do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, Vicente Vanderlei, e do presidente em exercício do TRT-PB, Ruy Elói.

Já na CPI do Sistema Financeiro aconteceram os depoimentos do ex-diretor de Fiscalização do Banco Central, Cláudio Mauch, e dos consultores Luís Au-

gusto de Bragança e Rubens Novaes.

A indicação de Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para embaixadora na Índia foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), enquanto a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu parecer favorável à anistia de todas as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral no ano passado, e também às emendas à proposta de emenda constitucional que trata da regulamentação do sistema financeiro nacional.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ouviu, em audiência pública, o secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, e o procurador federal dos Direitos do Cidadão, Wagner Gonçalves.

Siqueira Campos cobra verbas para aeroporto de Palmas

Em apelo dirigido ao ministro da Aeronáutica, Walter Werner Brauer, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu a liberação de verba para a construção do aeroporto de Palmas, reivindicada pelo governo do Tocantins. Segundo o senador, os recursos iniciais do investimento são da ordem de R\$ 1,6 milhão e a conclusão das obras deverá ocorrer em dois anos.

Para Eduardo Siqueira Campos, é "surrealista que a mais nova unidade federada brasileira, cuja capital é a cidade que mais cresce no país, ainda não disponha de um aeroporto operando com aeronaves e empresas de grande porte". Ele ressaltou que, devido à política implantada no Tocantins, investidores nacionais e estrangeiros têm sido atraídos para a aplicação de recursos no estado, "mas todos têm de passar pelo constrangimento de transitar por um aeroporto em condições precárias".



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira (3.5.99)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (4.5.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Projeto de Resolução nº 49/99, que autoriza o município de Montes Claros (MG) a contratar operação de crédito junto ao Fundo de Investimento do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios, no valor de R\$ 6,6 milhões, para investimentos em infra-estrutura urbana; e segundo dia de discussão, em segundo turno, do "Substitutivo à PEC nº 49/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do DF e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

Quarta-feira (5.5.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Votação da PEC nº 63/95, que extingue a figura dos juizes classistas na Justiça do Trabalho; primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 26/99, que altera dispositivos da Constituição federal relativos à Justiça do Trabalho (juizes classistas); terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do "Substitutivo à PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Bragança se recusa a falar sobre conta no exterior

Ex-sócio de Francisco Lopes, consultor usa "lei do silêncio" para deixar de responder a perguntas feitas pelos senadores. Entre elas, aquelas relacionadas com os mais de US\$ 1,6 milhão que ele manteria sob sua custódia

O consultor econômico Sérgio Bragança exerceu seu direito de não responder a perguntas que pudessem comprometê-lo e negou-se ontem, durante depoimento na CPI do Sistema Financeiro, a confirmar ou rejeitar como sua a assinatura constante de documento em que ele afirmaria ter sob sua custódia US\$ 1,675 milhão.

Esses recursos pertenceriam supostamente ao ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, de quem Bragança foi sócio na empresa Macrométrica.

O documento foi apreendido pela Polícia Federal na casa de Francisco

Lopes em diligência requerida pelo Ministério Público Federal e apresentado ontem, para reconhecimento, pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

Cumprindo à risca a orientação de seus advogados, Sérgio Bragança exerceu várias vezes seu direito de manter silêncio diante de indagações feitas pelos senadores.

A seqüência de negativas foi iniciada em resposta ao relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, senador João Alberto (PMDB-MA), que perguntou ao consultor sobre o documento apreendido na casa de Fran-

cisco Lopes.

Sérgio Bragança silenciou também quando foi perguntado sobre a origem desse dinheiro e se este constava de sua declaração do Imposto de Renda.

Recusou-se, ainda, a responder ao senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que queria saber se, em viagens internacionais, o consultor utilizava contas bancárias mantidas no Brasil ou no exterior.

RELAÇÕES COM LOPES

Convidado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) a emitir opinião sobre o fato de seu irmão, Luís Augusto Bragança, ter vindo a Brasília no dia

13 para "fazer meio de campo entre Salvatore Cacciola e Francisco Lopes", Sérgio Bragança disse: "Por ser meu irmão, não conseguiria emitir uma opinião isenta. Prefiro não falar".

Ele voltou a recorrer ao silêncio que lhe é assegurado pela legislação em vigor quando Simon lhe perguntou se tinha alguma conta no exterior.

Sérgio Bragança afirmou ter acompanhado as dificuldades do Banco Marka pela imprensa e que não sabia que seu irmão viera a Brasília para ajudar Cacciola, ex-dono do Banco Marka, a ter acesso à diretoria do Banco Central.

Quando às relações de Francisco Lopes com a Macrométrica, empresa da qual o economista teria se desligado em 1994 para assumir a Diretoria de Política Econômica do BC, Bragança disse que, eventualmente, às sextas-feiras, o ex-presidente do BC passava pela empresa, mas isso era "evento raro".

O consultor econômico, em resposta ao senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), admitiu que pretende mover ação por calúnia e difamação contra a revista *Veja*, que o acusou de participar do esquema de vazamento de informações privilegiadas pelo BC.

CPI ouve servidores da área de fiscalização

Os funcionários da área de fiscalização do Banco Central (BC) Tereza Cristina Grossi, Maria do Socorro Carvalho e Vânio Aguiar depõem na próxima segunda-feira sobre a operação de ajuda aos bancos Marka e FonteCindam.

Eles deverão falar sobre o levantamento feito nos dias 13 e 14 de janeiro no Marka, para o qual o BC vendeu dólares a R\$ 1,2750, preço inferior aos praticados no mercado na época. A área de fiscalização se encarregou da avaliação do patrimônio do banco, a partir do qual os técnicos do BC chegaram a essa cotação.

Na última terça-feira, Cláudio Mauch, o ex-diretor de Fiscalização do BC, declarou à CPI que esses cálculos foram utilizados para que as posições do Marka fossem "zeradas, evitando uma crise do sistema financeiro como um todo".

Na terça-feira, depõem os consultores jurídicos do BC Manoel Lucidio de Loyola e Francisco José de Siqueira, que teriam atestado a legalidade da operação de aju-

da aos bancos Marka e FonteCindam.

Na quarta, será ouvido o deputado federal Aloísio Mercadante (PT-SP), que apresentou à CPI a relação dos bancos que tiveram maiores alterações em suas posições em dólar na véspera da desvalorização cambial. Segundo ele, oito bancos apresentaram grandes alterações em suas operações cambiais. Mercadante suspeita de vazamento de informações.

Fecham os depoimentos da semana, na quinta-feira, o presidente da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), Manoel Félix Cintra Neto, e o vice-presidente, Nei Castro Alves. Eles deverão falar sobre as operações em dólar realizadas junto à BM&F nos dias que antecederam a mudança cambial.

O anúncio dos depoimentos foi feito pelo presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Ele disse que não há ainda previsão para a data de reconvocação do ex-presidente do BC Francisco Lopes.

Arruda defende divulgação de documentos apreendidos

O vice-presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse ontem que a divulgação dos documentos apreendidos na residência do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes deu mais transparência às investigações, para que a opinião pública tome conhecimento dos fatos. O senador discordou das declarações do secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, para quem a divulgação, pela mídia, dos documentos constituiu "infração grave aos direitos humanos".

— As investigações podem até ter erros ou exageros, mas isso não contraria a linha geral de investigação. Em princípio, as investigações estão sendo feitas como de-



Arruda: "Sociedade deve acompanhar a apuração dos fatos"

vem ser e vêm sendo conduzidas com toda a transparência, para que a sociedade acompanhe passo a passo a apuração dos fatos — afirmou Arruda.

Os erros mais graves, segundo o senador, são os fatos que vêm sendo investigados pela CPI e pela Justiça. Quanto ao novo depoimento de Francisco Lopes na CPI, ainda a ser marcado, Arruda afirmou que, em princípio, foi contra, mas acabou aceitando o requerimento do senador Pedro Simon.

— Eu era contra essa terceira convocação, pois Francisco Lopes já desrespeitou o Senado duas vezes, por isso não deveria ter mais essa chance de defesa — afirmou.

Ex-diretores do BC fizeram "memória" do caso

Num depoimento de três horas à CPI que apura irregularidades no sistema financeiro, no início da noite de ontem, o secretário-executivo do Comitê de Política Monetária (Copom), Alexandre Pundek Rocha, informou que Francisco Lopes, ex-presidente do BC, reuniu-se com ex-diretores da instituição para "uma memória" sobre os fatos que culminaram com a venda de dólares a preços favorecidos aos bancos Marka e FonteCindam, durante a mudança cambial, em janeiro último.

A reunião ocorreu no último dia 12, na delegacia do Banco Central em São Paulo, quase dois meses depois que Francisco Lopes foi exonerado da instituição e às vésperas de seu depoimento à Polícia Federal e à comissão de sindicância do BC. A venda de dólares a preços favorecidos foi um dos fatos que originaram a criação da CPI.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) perguntou por um *fax* encontrado pela Polícia Federal no apartamento de Francisco Lopes, datado do último dia 12 e remetido pelo chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, ao assessor Alexandre Pundek. "Por que o *fax*, dirigido ao senhor, acabou indo parar na casa de Francisco Lopes, que já tinha deixado o Banco Central?"

A princípio, Pundek disse que desconhecia o *fax*. Mas, quando a senadora se referiu ao conteúdo, ele se lembrou: estava no delegacia do BC em São Paulo quando pediu o documento, acrescentando que os dados contidos no *fax* foram usados durante a reunião de Chico Lopes com outros



Pundek revelou à CPI que Francisco Lopes se reuniu em São Paulo com outros ex-diretores do BC para repassar os fatos relacionados com a venda de dólares a preços favorecidos

ex-diretores do BC.

Alexandre Pundek afirmou aos senadores que assessores jurídicos do Banco Central não viram qualquer irregularidade na venda de dólares aos bancos Marka e FonteCindam a preços abaixo da cotação do dia 14 de janeiro último.

Ele insistiu que não participou da venda dos dólares e só recebeu o ex-dono do Marka, Salvatore Cacciola, em 13 de janeiro, a pedido do então presidente do BC, Francisco Lopes. Ele confirmou que Cacciola lhe entregou um bilhete destinado a Lopes, no qual pedia para ser recebido e dizia que, se o BC resolvesse a situação do Marka, ele esqueceria "o passado".

O assessor do BC informou que Cacciola acabou sendo recebido por Tereza Cristina Grossi, funcionária da Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Depois da conver-

sa, acrescentou, fiscais do BC foram acionados, no Rio, para ir à sede do Marka e levantar toda a situação do banco.

Ao senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB e autor do requerimento de criação da CPI dos Bancos, Pundek afirmou que, mesmo não sendo encarregado por Lopes de acompanhar as negociações com o Marka e do FonteCindam, no dia 14 de janeiro, por volta das 21h, participou de uma reunião sobre o assunto.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) insistiu na razão da presença de Pundek na reunião. "Se você não era dessa área, se não fora encarregado por Francisco Lopes de tratar do assunto, por que ficou no banco até as 21 horas para essa reunião? Foi por diletantismo?" — perguntou Simon. Depois de alguns segundos em silêncio, o assessor disse apenas: "Foi".

Parga reassume presidência na segunda

O senador Bello Parga (PFL-MA) deverá ter alta no final de semana do Instituto do Coração (Incor), onde se encontra internado desde a última terça-feira. Ele deve reassumir na segunda-feira a presidência da CPI do Sistema Financeiro. A informação foi dada ontem pelo presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Parga foi submetido a uma angioplastia (procedimento destinado a desobstruir vasos coronarianos) na ma-

drugada desta quinta-feira e, de acordo com Arruda, passa bem.

— Conversei com o senador pelo telefone e ele me informou que está passando muito bem. A angioplastia foi extremamente bem sucedida, e o senador Bello Parga deverá ter alta já no final de semana — informou o vice-presidente da CPI.

Arruda e os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP) farão hoje uma visita a Bello Parga, no Incor, em São Paulo.



Submetido a uma angioplastia, Bello Parga deve ter alta do Incor já neste final de semana

ACM diz que Pimenta não deve se intrometer em CPI

Senador promete assinar convocação de Pedro Malan se o ministro das Comunicações insistir em dizer que o colega da Fazenda não deporá

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comentou ontem as opiniões do ministro Pimenta da Veiga, das Comunicações, a respeito da eventual convocação do ministro da Fazenda pela CPI dos Bancos, que foram veiculadas pela imprensa. O senador entende que o ministro "não deve se intrometer nos assuntos da CPI":

– Gosto muito do ministro Pimenta da Veiga, mas ele cometeu um erro político. Na medida em que diz que Malan não vem, ele incentiva a convocação – explicou.

Antonio Carlos foi enfático ao considerar que o ministro das Comunicações não deve falar sobre as atividades da CPI dos Bancos: "Da próxima vez que ele disser que o ministro Malan não vem, eu mesmo assino o requerimento de convocação".

Com relação à eventual permanência

de um ministro de Estado durante seis ou sete horas em uma comissão parlamentar de inquérito, outro ponto de discordância atribuído ao ministro das Comunicações, em noticiário da imprensa, Antonio Carlos foi igualmente enfático:

– Ficar, se vier para depor, pelo tempo que for necessário. Até porque Malan sempre tem interesse em ficar. Ele já permaneceu aqui, em plenário, mais tempo do que isso. E afinal de contas isso não é problema do ministro Pimenta da Veiga – concluiu.

Custos de obras podem ser codificados

Após cumprimentar o deputado Giovanni Queiroz pelo depoimento prestado ontem à CPI do Judiciário sobre superfaturamento de obras públicas, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu a elaboração, pelo Congresso Nacional, de uma lei que codifique os custos de obras públicas em todo o país.

Na avaliação de Antonio Carlos, com a codificação dos custos de obras, para

os três Poderes, a situação vai "melhorar bastante, fechando-se os ralos que existem". O senador observou que os maiores problemas de superfaturamento são observados no Judiciário e no Executivo, ainda que também possam ocorrer no Legislativo.

– Se o Brasil contivesse esses ralos, sobretudo em sentenças judiciais absurdas, nós estaríamos em situação bem melhor – destacou.

Simon vê silêncio de Lopes como confissão de culpa

Caso o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes se recuse a responder às perguntas dos senadores durante seu depoimento na CPI do Sistema Financeiro, em data ainda a ser marcada, estará assumindo publicamente uma confissão de culpa, afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Autor do requerimento para que a CPI voltasse a convocar o ex-presidente do Banco Central, aprovado na quarta-feira pela comissão, Simon disse que considera "grave" a posição assumida por Lopes, de declarar-se réu antes mesmo de prestar qualquer esclarecimentos no Senado.

O senador salientou que Lopes será ouvido pela CPI como indiciado e não mais como testemunha, pelo fato de se ter recusado a assinar o compromisso para falar a verdade. A partir desse episódio,

observou o senador, não será mais necessário que Lopes assine o termo de compromisso na comissão, mas o Código Penal lhe garante o direito de ficar em silêncio quando não quiser responder a qualquer pergunta feita pelos senadores.

– Se ele quiser ficar em silêncio o problema é dele, mas acho que ficando calado ele será ainda mais prejudicado – afirmou Simon.

Para o senador gaúcho, a decisão da CPI de voltar a convocar Lopes foi importante, pois os senadores poderão decidir a data do depoimento quando acharem conveniente, obrigando o ex-presidente do Banco Central a comparecer ao Senado, sob pena de Francisco Lopes ser conduzido preso à comissão. A data do depoimento, segundo Simon, deverá ser marcada para mais adiante, quando os

senadores tiverem reunido mais provas, documentos e informações sobre a atuação de Lopes no Banco Central.

– Ele pensou que iria nos dar uma ras-teira, mas não vai não. Ele vai voltar aqui e quando nós quisermos – observou.

Simon disse que não está preocupado com a possibilidade de outros depoentes virem a adotar a estratégia utilizada por Francisco Lopes na CPI, de não assinar o termo de compromisso para dizer a verdade.

– Não estou nem um pouco preocupado com a possibilidade de outros depoentes imitarem Francisco Lopes, porque de duas, uma: ou estarão fazendo isso por que se sentem incriminados e se confessam réus, ou estarão sendo vítimas da incompetência de seus advogados de defesa – explicou.

Maldaner aponta débito do Executivo

Ao comentar o recente episódio ocorrido na CPI do Sistema Financeiro, em que o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, se recusou a assinar um termo de responsabilidade sobre o que deporá, e saiu da comissão com a prisão decretada, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que não foi a primeira vez que o economista deixou o Senado em "situação constrangedora".

– Lembremos que a primeira vez foi quando de sua indicação para a presidência do Banco Central, cujo nome foi aprovado por ampla maioria e ele não assumiu. Agora fica a pergunta no ar: a culpa é de Lopes ou do governo federal? Por que o governo não avaliou,



Maldaner afirma que o país está parado e só o governo não vê

antes, as circunstâncias e os desgastes que causaria ao Senado perante a opinião pública, ao indicá-lo e demiti-lo quase que simultaneamente? – indagou Casildo Maldaner.

Na opinião do senador por Santa Catarina, o Poder Executivo está em débito com o Congresso Nacional. Ele argumentou que tanto a Câmara quanto o Senado aprovaram todas as medidas necessárias à reforma do Estado propostas pelo governo, mesmo as impopulares e que exigiram sacrifícios da sociedade.

Casildo Maldaner comentou que, enquanto a população foi chamada para dar sua contribuição, as notícias divulgadas pela imprensa apontam os prejuízos aos

cofres públicos ocorridos quando o governo resolveu socorrer entidades financeiras na segunda quinzena de janeiro, quando ocorreram mudanças na política cambial.

– Enquanto se desenrola este quebra-cabeça, os serviços públicos estão de mal a pior, aumentaram os índices de desemprego e os preços da cesta básica e dos remédios estão sem o mínimo controle. Em vez de manter o Estado funcionando plenamente, o governo prefere cobrar do Legislativo as votações que considera prioritárias. O país está parado e só o governo parece não ver – analisou Maldaner.

O senador transcreveu artigo da jornalista Arlete Salvador, publicado no *Correio Braziliense*, sob o título "Quero sonegar". No texto, a autora protestava que a mesma eficiência que o governo utiliza para salvar bancos não existe na devolução do Imposto de Renda cobrado a mais.



O senador Carlos Wilson recebe documentos do procurador Edson Damas

Procurador de Roraima apresenta denúncias

O procurador do Ministério Público do Estado de Roraima, Edson Damas, entregou ao relator da CPI que está investigando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), um dossiê contendo informações que comprometeriam o Tribunal de Justiça de Roraima. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) também presenciou a entrega dos documentos, na tarde de ontem, no gabinete de Paulo Souto.

De acordo com Jucá, as informações e documentos que integram o dossiê apresentado pelo Ministério Público trazem como principal acusação a existência de uma ação deliberada do Tribunal de Justiça para manter fora de julgamento os processos contra o governador do estado, Neudo Campos (PPB). O senador esclareceu que as irregularidades não apuradas pelo TJ são denúncias de corrupção nas empresas estatais, nepotismo, falta de cumprimento da legislação que regulamenta a publicidade estatal, além de abuso de poder econômico e político.

– O Tribunal de Justiça exerce uma ação

de proteção que não deixa passar nenhum processo contra o governo. Com este dossiê, o Ministério Público está demonstrando que há uma grave interferência do Poder Executivo sobre o Poder Judiciário. O governo amedronta juizes para, de um lado, evitar os desdobramentos de suas irregularidades e, do outro, perseguir adversário político – comentou Jucá.

Juntando o dossiê entregue hoje e outras informações encaminhadas anteriormente, Romero Jucá acredita que Roraima é atualmente o estado que tem na CPI mais documentos comprobatórios de irregularidades no seu Tribunal de Justiça. Ele acrescentou que a comissão já dispõe de nove nomes de pessoas indicadas que podem ser convocadas a qualquer momento para esclarecer as denúncias.

PRONUNCIAMENTO

Em pronunciamento feito no início do mês, Romero Jucá pediu à CPI que investigasse a fundo as denúncias de corrupção no Tribunal de Justiça de Roraima que foram registradas em fita de áudio e divulgadas pela imprensa de todo o país.

Jefferson pede dados sobre sede do STJ

Diante de indícios de irregularidades na construção do edifício-sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em Brasília, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) pediu ao deputado federal Giovanni Queiroz (PDT-PA) que encaminhasse à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário todas as informações que possui sobre a obra.



Jefferson Péres lembrou investigação do TCU sobre a obra

Para sustentar o seu pedido, Jefferson lembrou investigação do Tribunal de Con-

tas da União (TCU) que apurou que, na segunda etapa da obra, teria havido contratação indevida, sem licitação, de bens e serviços que não fariam parte do projeto inicial do edifício.

– O edifício do STJ é um monumento que ofende a situação de miséria do povo brasileiro. Não estamos defendendo padrões franciscanos na construção de prédios públicos, mas não se

pode confundir conforto com suntuosidade – afirmou Giovanni Queiroz.

Denúncias de superfaturamento

TRT-SP: Com uma área de 85 mil m² e gastos de R\$ 260 milhões, o edifício pode estar até seis vezes mais caro do que o preço apurado no mercado.

TRT-RO: Até 1997, o custo da construção estava em R\$ 2.517 por metro quadrado. Hoje, o prédio do tribunal está pronto e o processo que investiga as irregularidades está parado desde 1997.

STJ (DF): No prédio do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, foram gastos, até 1995, US\$ 176,2 milhões, o que demonstra um custo de US\$ 1.290 por metro quadrado, muito superior ao preço de mercado.

TJ-RJ: No orçamento de 97, a Justiça Federal do Rio de Janeiro calculou em R\$ 576,00 por metro quadrado o valor da reforma, preço superior ao calculado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon).

Irregularidades começam no orçamento, diz deputado

Em depoimento à CPI do Poder Judiciário, Giovanni Queiroz cita exemplos de obras superfaturadas e diz que o problema deve ser investigado a partir da sua origem: o momento da inclusão de tais despesas na lei orçamentária

O depoimento do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário levou os membros da CPI a realizarem um debate sobre as normas de elaboração do Orçamento da União.

Em sua exposição, Queiroz, há oito anos membro da Comissão Mista de Orçamento (CMO), listou dados referentes a diversas obras públicas com indícios de superfaturamento (*veja quadro na pág. 4*), incluindo o prédio das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo e a sede do TRT de Rondônia.

Em resposta ao senador Amir Lando (PMDB-RO), o deputado afirmou que, para se chegar aos culpados pelas irregularidades, deve ser apurada toda uma cadeia, que vai desde a in-

clusão de verbas no orçamento até a aprovação e liberação de recursos, onde as fraudes e o desvios de recursos públicos acontecem.

Nesse sentido, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) considerou um "absurdo" o fato de o Congresso Nacional aprovar o orçamento acreditando em dados calculados de maneira "escandalosa". Para ele, a fraude começa no cálculo e na inclusão de obras superfaturadas no orçamento.

Essa também foi a observação feita pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), para quem o Congresso Nacional falha na elaboração de uma metodologia para elaboração do orçamento. Na sua avaliação, o acompanhamento da execução orçamentária pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) também deveria ser melhor exercida. "Chegamos à conclusão de que não há critério", disse.



Giovanni falou à CPI com base na sua experiência de membro há oito anos da Comissão Mista de Orçamento

Congresso é co-responsável, diz Simon

Diante das informações prestadas pelo deputado Giovanni Queiroz, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que os parlamentares são co-responsáveis pela inclusão, no orçamento, de verbas destinadas a obras superfaturadas. Ele disse que na CPI do Orçamento, em 1993, foi constatada a atuação "ridícula" do Congresso na elaboração do orçamento.

— O escândalo neste país é a maneira de se fazer o orçamento — declarou Simon, que defendeu a criação de uma comissão especial mista para estudar normas para elaboração da lei orçamentária.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que foi o relator-geral do Orçamento de 1999, uniu-se a Simon para reconhecer que os congressistas também são responsáveis pela situação quando nada fazem para mudá-la.

Para Lúdio Coelho (PSDB-MS), o depoimento do deputado deixou clara a má atuação do poder público na liberação de verbas para obras. "Devemos estudar mecanismos para que isso não mais aconteça", sugeriu.

A solução pode estar, segundo José Agripino (PFL-RN), na adoção de um cadastro nacional de preços para realização de obras públicas, com a participação do Executivo, do Legislativo e de entidades da sociedade civil, como o Sindicato das Indústrias de Construção Civil (Sinduscon).

— Esse pode ser um subproduto da CPI. Com essa medida, a corrupção no serviço público estaria sendo cortada pela raiz e ainda estaríamos combatendo o déficit público — avaliou Agripino.

Geraldo Althoff (PFL-SC) registrou que foi a reunião mais importante da CPI até o momento e disse que a oportunidade que os parlamentares têm nas mãos não pode ser desperdiçada.

O autor do requerimento de instalação da CPI, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou estar cada dia mais satisfeito com a atuação da CPI. Em resposta



Para Simon, "o escândalo neste país é a maneira de se fazer o orçamento"

a Althoff, Antonio Carlos garantiu que a oportunidade não vai ser perdida.

— Essa é uma grande oportunidade para o Congresso se afirmar e oferecermos ao povo brasileiro providências efetivas — disse o senador, estimulando o presidente da CPI a manter o ritmo de trabalhos para que o Senado possa oferecer uma contribuição à Justiça do país. Amir Lando pediu a Queiroz sugestões de como a CPI deve buscar as responsabilidades dos atos delinquentes que estão sendo apurados, como o superfaturamento de obras.

— O superfaturamento não beneficia só a empreiteira. Alguém mais deve estar se locupletando dessas diferenças — afirmou o deputado, para quem a quebra do sigilo bancário dos investigados, já procedida pela CPI, é um dos caminhos a serem trilhados.

Ao relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), Giovanni Queiroz disse que, mesmo depois de ter denunciado ao Ministério Público Federal irregularidades nas obras do TRT paulista, foi aprovado aditivo financeiro de mais de R\$ 30 milhões para a construção do prédio.

O vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), pediu ao deputado que envie documentos sobre as principais obras em que haveria irregularidades.

Giovanni Queiroz põe concurso sob suspeita

Além de depor sobre o superfaturamento de obras públicas, o deputado Giovanni Queiroz (PDT-AM) trouxe um fato novo aos membros da CPI: os desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) do Pará teriam alterado as regras de um concurso público para beneficiar parentes.

Segundo o deputado, quatro dias depois de publicado o resultado final do concurso para juiz substituto do tribunal, em dezembro passado, os desembargadores do TJ mudaram os critérios de classificação definidos em edital, o que alçou a filha de uma desembargadora do nono para o primeiro lugar geral e a filha de outro desembargador do 17.º para o sétimo lugar.

— Eles mudaram as regras depois de encerrado o jogo — afirmou Queiroz, que entregou os documentos relativos ao concurso à CPI.

O senador José Agripino (PFL-RN) classificou o fato narrado como "estrangeiro" e declarou que chegou a hora de estabelecer parâmetros para a vigilância do Poder Judiciário.

Para que sejam adotadas providências o quanto antes, o senador Amir Lando (PMDB-RO) solicitou ao presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que oficie a Corregedoria de Justiça do Pará sobre as denúncias do deputado.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) pediu que os fatos também sejam encaminhados à Procuradoria-Geral da República. Para Djalma Bessa (PFL-BA), a coincidência dos beneficiados pela reclassificação entre os candidatos é o que há de pior na denúncia de Queiroz.

Ronaldo entrega denúncia contra juiz do TRE da Paraíba

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) entregou à CPI que investiga irregularidades no Poder Judiciário cópia do discurso que fez na sessão do dia anterior denunciando o fato de o juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Paraíba, Josias Gomes dos Santos, ser, ao mesmo tempo, magistrado e servidor do governo estadual.

O juiz, disse o senador aos membros da CPI, foi relator de processo em que o governador, seu patrão, era réu. Junto com o discurso, Ronaldo Cunha Lima anexou ainda cópia do contracheque de Josias Gomes dos Santos, referente ao

mês de março, recebido pela função de assessor especial do governador do estado.

Além disso, o senador pela Paraíba entregou ao presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), cópia de certidão da junta comercial do estado em que o juiz do TRE aparece como sócio-gerente de uma empresa de *factoring*.

Em seu discurso em plenário, Ronaldo acusou o juiz de ter relatado a ação de impugnação protocolada por ele para invalidar a convenção do PMDB que escolheu a candidatura do governador paraibano José Maranhão à reeleição.

ACM recebe novas acusações

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente da Câmara de Vereadores de Manaus, Messias Sampaio, que veio entregar dossiê contendo acusações de irregularidades no Tribunal de Justiça do Amazonas.

ACM passou os documentos ao vice-presidente da CPI do Judiciário, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que considerou as denúncias graves, e disse que elas serão devidamente examinadas pela comissão.

Conforme o vereador, o dossiê entregue ao Senado revelaria a ocorrência de nepotismo, como seria o caso de aposentadoria — segundo ele, fraudulenta — da mãe da juíza federal Vera Carla Cruz.



Antonio Carlos

Mais quatro pessoas serão convocadas

A CPI aprovou requerimento do seu vice-presidente, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), propondo a vinda de quatro pessoas para prestar informações sobre um suposto esquema de venda de alvarás de soltura no estado do Amazonas.

Serão convidados a prestar depoimento o advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior, o jornalista de *O Globo* Amaury Ribeiro Júnior, o procurador da República Osório Barbosa Sobrinho e o delegado da Polícia Federal Nivaldo Farias. Todos eles já denunciaram a existência da irregularidade.

Na próxima semana, a CPI vai centrar sua ação nas investigações sobre irregularidades no TRT-SP. Na segunda, deve ser ouvido o atual presidente, Floriano Vaz da Silva. No dia seguinte, o ex-presidente Nicolau dos Santos Neto. Na quinta, devem ser ouvidos mais dois ex-presidentes: José Victorio Moro e Dêlvio Buffulin.



Ademir não vê motivo para comemoração

Senador lamenta a injusta distribuição de renda no país e afirma que a população não tem acesso à saúde e à educação. Condena ainda os altos níveis de desemprego e defende a reforma agrária

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que não há nada a comemorar no Brasil no Dia do Trabalho. Ao falar durante a celebração da data pelo Senado, na primeira parte da sessão de ontem, por força de requerimento de sua iniciativa, Ademir lamentou a grande concentração de renda no país.

Ele ressaltou que o Brasil detém atualmente o 8º maior Produto Interno Bruto (PIB) entre os 189 países no planeta, para destacar que, quanto à distribuição de renda, o país está em 62º lugar no mundo.

— É um absurdo o trabalho de uma pessoa valer dez, cem, mil vezes o trabalho de outra — afirmou o senador, lembrando que, na França, o salário de uma empregada doméstica é apenas oito vezes menor do que o de presidente de uma estatal.

O senador destacou que, em 1996, 25% dos brasileiros ganhavam menos de um salário mínimo, índice que chegou a 25,7% no ano seguinte. Citou ainda o Banco Mundial, segundo o qual cada ponto percentual de queda na economia brasileira representa um milhão de pobres a mais no país. Com a diminuição da atividade econômica prevista em 3% pelo governo, haverá três milhões de pobres a mais no país nes-

te ano, observou.

Ademir Andrade também questionou a concentração de terra no país, lembrando que três mil famílias estão acampadas no centro de Belém (PA), esperando ser assentadas. Outra crítica do senador foi dirigida ao setor de habitação. Segundo ele, o governo nada investe em moradia popular.

O parlamentar afirmou que o povo brasileiro não tem acesso à saúde e à educação. Disse que a saúde permanece um privilégio dos que podem pagar planos privados, enquanto pessoas continuam morrendo no país devido à malária. Ademir Andrade lamentou ainda o fato de a educação ser inatingível para a maioria da população: 66% dos brasileiros não concluíram o primeiro grau. O mais grave de todos os problemas, frisou o senador, é o desemprego, que atingiu, segundo ele, 19,9% em São Paulo. Ademir lembrou que o seguro-desemprego, que qualificou de “pifio”, atinge apenas os poucos que puderam trabalhar com carteira assinada.



Ademir Andrade considera “pifio” o atual seguro-desemprego

O representante do Pará conclamou os senadores a lutar pela reforma agrária. Ele afirmou que a produção agrícola brasileira equivale a menos de 10% da capacidade do país. E concluiu seu pronunciamento lembrando o artigo da Constituição que estipula que todo brasileiro tem direito a um salário mínimo que atenda a suas necessidades.

— Se o povo brasileiro tivesse conhecimento do direito que tem, não estaria tão acomodado, aceitando as condições absurdas em que vivem os trabalhadores — afirmou.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que sua geração foi incompetente para resolver o problema da distribuição de renda no país. Lembrou que, ao contrário de muitos países, no Brasil existe a riqueza necessária para acabar com a miséria, embora não haja determinação para que isso aconteça. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), em outro aparte, lembrou a necessidade de se dar proteção às regiões mais pobres do país.

Emilia lembra Vargas e pede luta contra modelo econômico

“Vamos fazer desse 1º de maio um ponto de partida para a mudança radical do modelo de destruição da economia nacional e de aviltamento de nossa soberania e da dignidade nacional, ocupando as praças e as ruas do país, e exigindo o fim dessa política de submissão e sofrimento.” A declaração foi feita ontem pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), durante a homenagem ao Dia do Trabalho.

A senadora protestou contra as prioridades adotadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ela entende que o governo e as elites do Brasil “não têm o direito de submeter a nação ao império da especulação, da dependência ao capital especulativo internacional predatório, antinacional e totalmente descompromis-

sado com a produção”.

Para Emilia, não é possível que se cedam reajustes irrisórios para o salário mínimo, enquanto são realizados profundos cortes nos investimentos em saúde, educação e em todas as áreas sociais, ao mesmo tempo em que beneficiários da impunidade desviam recursos do país.

A senadora considerou que a expressão da insatisfação social é a postura da Igreja brasileira, que escolheu a política de emprego como tema da Campanha da Fraternidade, desenvolvida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Entre as posições divulgadas pela CNBB, ela lembrou a denúncia de modelos “tais como certas formas de neoliberalismo sem freios éticos que causam desempre-



Emilia citou trecho da carta-testamento de Getúlio Vargas

go, impõem padrões de consumo insaciável e exacerbam a competição e o individualismo”.

Ela encerrou o pronunciamento lendo o seguinte trecho da carta-testamento de Getúlio Vargas: “Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência”.

Suplicy sugere ao governo que estimule a produção

Ao afirmar que as comemorações serão tristes nesse dia 1º de maio, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou ontem o governo a trocar sua ênfase prioritária no sistema financeiro pela dinamização da produção. “Está bem claro que a prioridade do governo tem sido ajudar bancos e financeiras para salvaguardar o sistema. Estou propondo que a prioridade seja, agora, salvar as vidas da população, através da dinamização da produção”, disse.

Para Suplicy, há mecanismos muito eficientes para aumentar a riqueza nacional, criando renda e empregos. “Entre eles, podemos citar o estímulo às cooperativas rurais e urbanas, crédito às micro e pequenas empresas no campo e na cidade e programas de garantia de renda mínima para proteger as camadas mais carentes da população.”

O senador por São Paulo afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso não vem cumprindo suas promessas de campanha eleitoral. “Em seu primeiro mandato, prometeu dobrar o valor real do salário mínimo. Em janeiro de 1995, o mínimo valia US\$ 82

mensais. No dia 1º, se houver o aumento prometido para R\$ 140, isso equivalerá aos mesmos US\$ 82, muito distante de sua meta”.

E prosseguiu: “Para o segundo mandato, ele prometeu combater o desemprego. Segundo o Dieese, o desemprego atingiu recorde de 19,9% em São Paulo, no mês de março passado, e o governo do DF apurou níveis de 22% da população economicamente ativa (PEA) de desempregados, também em março. Diante desses fatos, insto os trabalhadores a colocarem esses problemas em praça pública, exigindo do governo medidas para aumentar a produção e gerar empregos e renda”.

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) enfatizou a realização, hoje, de um grande ato público de protesto, seguido de passeata pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. “Ao marcar essa data, o trabalhador precisa resgatar seu valor, lutando por políticas que combatam a miséria, os baixos salários e, principalmente, o desemprego, que também atinge níveis alarmantes em todo o estado”, disse.

Desenvolvimento é “única saída”, afirma Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou ontem que o crescimento do desemprego e a deterioração do salário mínimo indicam que este ano o Dia do Trabalho será “sem festa”.

— Não há como negar: na atual conjuntura, os trabalhadores têm pouco a comemorar e muito a refletir neste 1º de maio. O Dia do Trabalho deste ano

transcorre em um momento de grande apreensão e dificuldade para a família trabalhadora brasileira.

Diante desse quadro desfavorável, Mozarildo considerou que “nossa única opção é o desenvolvimento”. Segundo ele, para retomar o crescimento econômico será necessário o estabelecimento de novas políticas para a expansão da agricultura e da construção civil.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que, como parte das comemorações do 1º de Maio, o governo federal irá lançar o Pró-Emprego, com a construção de habitações para pessoas de baixa renda, além de um programa de requalificação dos desempregados. Mas acrescentou que a

maneira mais adequada de combater o desemprego seria através da criação de emprego no campo, conforme também sugeriu o orador.

Utilizando dados oficiais, Mozarildo afirmou que o tempo médio de procura por um emprego, em março passado, em São Paulo, foi de 39 semanas, duas a mais do que em fevereiro.

— O setor que mais efetivou cortes foi o comércio, com 61 mil vagas. A indústria eliminou 22 mil postos de trabalho. O setor de serviços continuou empregando, mas em um ritmo muito menor. Por sua vez, o rendimento dos que estavam trabalhando em março apresentou queda. Entre os ocupados, a média salarial foi reduzida em 2%, enquanto que para os assalari-

ados a queda foi de 1,9% — informou o senador. O senador revelou preocupação com a constatação de que, em breve, teremos uma sociedade dominada pelo trabalho informal, em que os contratos e as carteiras assinadas serão coisas do passado.



Mozarildo teme que carteira de trabalho torne-se coisa do passado

Senadora apela a montadora para ficar no RS

A senadora Emilia Fernandes fez ontem um apelo à Ford do Brasil para que aceite os termos de renegociação com o governo do Rio Grande do Sul. “A General Motors aceitou dialogar, mas a Ford considerou a oferta insuficiente. A vinda dessas montadoras para o estado é importante, mas, diante de suas sérias dificuldades financeiras, o governo estadual se viu obrigado a rever as bases do acordo assinado com o governo anterior”, explicou.

Emilia leu a nota oficial em que o

governo do estado reafirma sua disposição de negociar com a Ford, fazendo um apelo para que “abandone a intransigência” e reavalie sua proposta. “Se a empresa não teve, ainda, essa compreensão e permanece na exigência de receber, em condições privilegiadas, quase meio bilhão de reais dos cofres públicos, outros investidores continuam apostando no desenvolvimento econômico e social do estado”, disse.

Para a senadora, os termos do acordo são vantajosos para a Ford e

implicam um esforço gigantesco do governo para trazer a empresa para o estado. “A proposta apresentada já representa um enorme sacrifício financeiro do governo estadual. São incentivos fiscais no valor de R\$ 3 bilhões, empréstimos de R\$ 70 milhões e obras de infra-estrutura no valor de R\$ 84 milhões. Mais do que isso significaria ultrapassar o limite dos danos à sua estrutura administrativa e causar graves prejuízos à saúde, educação e segurança do povo gaúcho”, afirmou Emilia Fernandes, citando a nota.

Luiz Estevão quer melhorar empregabilidade do brasileiro

Para estimular investimento na formação profissional, senador defende projeto que permite pagar crédito educativo com FGTS

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) considerou a educação "a frente decisiva da guerra por melhores condições de vida e trabalho para a população brasileira". O parlamentar afirmou em discurso ontem que a "nova palavra-chave é empregabilidade", definida por especialistas em recursos humanos como "capacidade de assumir e desempenhar

tarefas sempre novas, de compor e motivar equipes e de aperfeiçoar-se e atualizar-se permanentemente".

— Para se manter "empregável", o trabalhador, em qualquer área e de qualquer nível, precisa transformar-se em um empreendedor. Tudo

bem, mas eu pergunto: qual a empregabilidade possível para um trabalhador brasileiro que possui, em média, 3,8 anos de escola, contra 8,7 anos dos seus colegas argentinos, ou 11 anos dos sul-coreanos? — disse o parlamentar.

Estevão observou que sobram vagas para profissionais qualificados em tecnologia da informação no Brasil e no mundo. Exemplificou com o fato de que, no Brasil, os trabalhadores que têm entre nove e 11 anos de escolaridade aumentaram sua participação no mercado de trabalho de 22%, em 1994, para 27%, em 1998.

O senador lembrou que recentemente apresentou projeto de lei permitindo ao trabalhador utilizar o seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para pagar o crédito educativo. Segundo ele, a aprovação do projeto "possibilitará acesso ampliado a esse benefício, permitindo a um número cada vez maior de pessoas preencher a mais urgente e crucial das exigências da vida moderna: investir na própria formação profissional".

O capitalismo, disse Luiz Estevão, gerou empregos em suas duas ondas, dominada a primeira pela máquina a vapor e a segunda pelo motor a explosão e a eletricidade. Mas na terceira onda, "caracterizada pela telemática, a



Estevão diz que trabalhador que só possui 3,8 anos de escola é pouco empregável no mundo de hoje

robótica e a biotecnologia", a tecnologia possibilitou que a produção possa "crescer indefinidamente gerando cada vez menos empregos".

O senador ressaltou que o desemprego e o subemprego privam 12 milhões de brasileiros dos pressupostos mínimos para exercício da cidadania e até mesmo para o sustento de suas famílias.

Desemprego atinge um em cinco trabalhadores, adverte Rocha

Ao homenagear os trabalhadores pelas comemorações de seu dia, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comentou ontem a última pesquisa divulgada pela Fundação Seade e Dieese, segundo a qual o número de desempregados na Grande São Paulo chegou a 20% da população economicamente ativa em março deste ano. Ele acrescentou que o cenário para o trabalhador do Brasil não é animador.

— Muito pelo contrário, temos sérios motivos de preocupação. Em cada grupo de cinco trabalhadores brasileiros, um encontra-se desempregado. Mais de 10 milhões de famílias vivem com menos de meio salário mínimo por mês. Cerca de 25 milhões de pessoas sobrevivem com renda mensal inferior a R\$ 30 — informou.

Sebastião Rocha constatou que as oportunidades de trabalho estão escasseando até em São Paulo, o estado mais desenvolvido do país. O senador comentou que em apenas um mês 22 mil postos de trabalho foram fechados na indústria e outros 61 mil no comércio.

Além dos desempregados, ele lembrou que também

vêm enfrentando muitas dificuldades os que estão buscando sua primeira oportunidade de trabalho em um mercado cada vez mais reduzido, os empregados que sofrem com os baixos salários e todos os que se desesperam diante da ameaça constante de perda do emprego.

DÍVIDA

Para Sebastião Rocha, um balanço geral da atuação do governo Fernando Henrique Cardoso vai constatar que ele está em dívida com o trabalhador brasileiro. O senador reconheceu de positivo a estabilização da moeda, que trouxe ganho de renda para parcelas mais pobres da população.

— Mas há muito de negativo. Ao final de seus primeiros quatro anos de governo, Fernando Henrique Cardoso legou-nos um quadro econômico

de recessão, com graves repercussões no tecido social da nação. E com perversas consequências para os trabalhadores brasileiros — analisou Rocha.

Rocha afirma que, apesar da estabilidade, governo está em débito com trabalhadores



Arlindo Porto afirma que o alto índice de desemprego na construção civil é consequência dos juros elevados

Porto defende reformas para estimular emprego

A redução das taxas de juros e as reformas tributária, política e do Judiciário foram defendidas ontem pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG) como forma de combate ao desemprego. Para o parlamentar, a principal homenagem que se pode prestar ao trabalhador na data comemorativa do trabalho é implementar essas mudanças "indispensáveis ao desenvolvimento do Brasil e à conquista do direito de todos ao trabalho e à dignidade".

Arlindo Porto destacou que, pela primeira vez, o índice de desemprego da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atingiu a média de 7,79% da População Economicamente Ativa (PEA) no trimestre. Os índices setoriais de desemprego citados pelo senador são ainda piores: 10,14% na construção civil, 8,64% na indústria, 8,25% no comércio e 6,08% no setor de serviços.

O senador disse que, segundo o Banco Mundial, metade dos 10 milhões de brasileiros que deixaram a linha de pobreza durante o Plano Real retornaram à miséria entre outubro e janeiro passados. Buscou também estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que constatou que a soma dos salários dos

trabalhadores com até quatro anos de estudos caiu 12% no primeiro semestre de 1998.

Embora reconheça a importância do processo de globalização, o senador considera a queda do nível de emprego uma de suas consequências. Essa redução, segundo ele, atinge de modo especial os países em desenvolvimento.

— O Brasil não deve perder o bonde da história. Não pode negar o processo de globalização, mas pode reduzir os custos de sua consequência — afirmou Arlindo Porto, da tribuna do plenário. Ele enfatizou a necessidade de uma "profunda reavaliação das relações capital e trabalho, com maior flexibilidade e realismo dessas relações".

O parlamentar afirmou ser absolutamente impossível financiar a construção civil com a atual taxa de juros. Essas mesmas taxas de juros, lembrou, fizeram com que as prestações da casa própria abssem acima da capacidade de pagamento das famílias.



Geraldo Cândido afirma que Brasil vai gerar mais 4 milhões de miseráveis neste ano

Cândido: 10% ganham menos de US\$ 1 por dia

Ao celebrar o Dia do Trabalho, a ser comemorado amanhã, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que é urgente lutar contra o desgoverno, o desemprego e os salários baixos. "É crucial resgatar os nossos direitos e nossa dignidade, defender as conquistas trabalhistas e apurar o favorecimento dos banqueiros e as falcatruas realizadas no centro do poder", pregou ele.

Conforme o senador, no Brasil de hoje a classe trabalhadora não tem muitos motivos para comemorar. Ele aludiu a relatório do Banco Mundial que projeta para este ano um aumento de 10% da população que vive abaixo da linha de pobreza, isto é, com renda abaixo de US\$ 1,00 por dia. E informou que, segundo o Bird, o Brasil vai engrossar em 4 milhões o número de miseráveis.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia - Baixo impacto
7h30 — Especial/UNIP - Dor de garganta.
7h55 — Senado em Pauta
8h — Saúde Todo Dia — Squash.
8h30 — Jornal do Senado
9h — Sessão plenária (vivo)
Logo após, Comissão de Infra-estrutura
15h — Comissão de Constituição Justiça e Cidadania
17h — Comissão de Assuntos Sociais
19h30 — Consulta Marcada - O oftalmologista Francisco Eduardo Lima fala sobre os novos avanços no tratamento do Glaucoma e da Catarata.
20h30 — Entrevista - O senador Carlos Patrocínio fala sobre a prevenção da Aids
21h — Jornal do Senado
21h15 — Consulta Marcada - O oftalmologista Francisco Eduardo Lima fala sobre os novos avanços no tratamento do Glaucoma e da Catarata.
21h55 — Senado em Pauta

22h — Espaço Cultural — Samba e Jazz.
23h30 — Consulta Marcada — Glaucoma e da Catarata.

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida, música e Informação
10h - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida, música e Informação
16h30 - CPI do Sistema Financeiro (ao vivo)
Em seguida, música e Informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida, música e Informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida, música e Informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida, música e Informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida, música e Informação
00h - Sessão Plenária (reprise)
Em seguida - Música e Informação

Senado aprova US\$ 500 milhões para Marinha

Plenário autoriza União a contratar operação de crédito externo junto ao Banque Paribas de Paris para a aquisição de equipamentos necessários ao reaparelhamento da frota nacional

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza a União a contratar operação de crédito externo de até US\$ 500 milhões para o programa de reaparelhamento da Marinha. O empréstimo será contratado junto ao Banque Paribas, localizado em Paris.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), lembrou que o país tem 8,5 mil km de costa, mas a Marinha possui apenas 39 embarcações para cobrir toda essa extensão. O financiamento servirá para a aquisição de material e equipamentos por três exercícios financeiros seguidos, com custos abaixo do mercado financeiro. O senador disse que, se o Brasil se envolvesse hoje em um conflito, o país estaria vulnerável sem o programa de reaparelhamento da Marinha.

O único voto contrário no plenário foi de Lauro Campos (PT-DF), que disse ser contra a tomada de empréstimos externos destinados a patrocinar a compra de armas de guerra. Luiz Otávio (PPB-PA) ressaltou a importância do projeto e da própria Marinha, destacando o trabalho da instituição na área tecnológica e de energia nuclear, na formação de profis-

sionais e ainda no atendimento médico em navios que circulam pela Amazônia.

Edison Lobão (PFL-MA) disse que o empréstimo não é para destruir nem servir à guerra, mas para a defesa da costa brasileira. Marina Silva (PT-AC), líder do Bloco Oposição, liberou a bancada para votar a matéria, embora o bloco tenha se posicionado contra o projeto na CAE. Ela elogiou o projeto, concordando com as ponderações do relator na comissão. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou que a Marinha é "extremamente rigorosa" com a aplicação dos recursos do ministério, e Bernardo Cabral (PFL-AM) observou que não haverá qualquer prejuízo para a Marinha se não for utilizado o valor total autorizado para empréstimo.

Para Romeu Tuma (PFL-SP), a Marinha precisa estar melhor aparelhada para defender a segurança nacional. O senador José Fogaça (PMDB-RS) lembrou que o projeto é antigo e já foi bastante debatido pela Marinha, tendo sido aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual. O senador Luiz Estevão disse que o projeto possibilitará transferir tecnologia para que a Marinha possa produzir novos equipamentos.



A visita de um grupo de portugueses ao plenário levou os senadores a interromperem a Ordem do Dia para homenageá-los

Senadores ressaltam laços de amizade com Portugal

A Ordem do Dia foi interrompida ontem após a votação do primeiro item, para uma homenagem a cidadãos portugueses que ocupavam as galerias do plenário. A homenagem foi pedida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que a iniciou.

Filho de portugueses, ele disse que Sacadura Cabral, que empreendeu a travessia aérea do Atlântico, era primo-irmão de sua mãe. O senador lembrou a unidade da língua portuguesa de norte a sul do Brasil, fato ímpar na colonização. Coube também aos portugueses, afirmou Cabral, a reunião dos índios e dos negros que vieram da África.

— Hoje já temos uma tal identidade que não se sabe onde começa o Brasil e termina Portugal — afirmou. O senador lamentou, porém, que falta a Constituição portuguesa dar aos brasileiros as mesmas prerrogativas que estes têm na Carta brasileira.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou ter sido premiado pelo destino ao casar-se com uma lusitana. Fez uma homenagem ao que chamou de "diáspora portuguesa", já que eles estão em todos os países do mundo. Para o senador, os 500 anos do descobrimento não são apenas um momento de co-

memoração, mas também propício à revisão da trajetória conjunta de Brasil e Portugal neste meio milênio.

— Portugal faz parte da comunidade europeia, mas não pode esquecer de sua vocação atlântica — afirmou.

GRATIDÃO

Ao final, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a Casa se associava aos oradores na homenagem.

— Só o fato de terem escolhido Brasília (para visitarem) já é uma demonstração das ligações permanentes de Brasil e Portugal — afirmou Antonio Carlos.

ACM destacou a presença do deputado federal José Lourenço, que os ciceroneava. Lembrou que o deputado é da Bahia, seu estado, que tem "raízes profundas em Portugal", principalmente raízes culturais.

— Os senhores aqui devem estar se sentindo como eu me sinto em Portugal e nos países de língua portuguesa: em casa. Sintam-se em casa, sabendo que cada vez será melhor o sentimento de amizade entre portugueses e brasileiros. Quero traduzir nossos sentimentos de amizade e gratidão e a certeza de que Brasil e Portugal estarão sempre juntos, não vão se separar nunca — disse.

Convenção que obriga países a destruir minas é acatada

Os senadores também aprovaram ontem projeto de decreto legislativo referendando os termos da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição. O texto do acordo foi assinado em Ottawa (Canadá), no dia 3 de dezembro de 1997.

Pelo acordo, cada estado signatário do tratado se compromete a destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal, que são concebidas para explodir em conseqüência da proximidade ou contato de uma pessoa e podem incapacitar, ferir ou matar uma ou mais pessoas que estiverem próximas ao local.

O objetivo do acordo é pôr fim ao sofrimento e às mortes causadas por essas minas, que matam e mutilam centenas de pessoas inocentes, inclusive crianças, todas as semanas em diversos locais. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) falou sobre a importância da convenção, que foi aprovada por unanimidade.

Na mesma sessão, foi aprovado requerimento do senador Paulo Hartung (PSDB-ES) solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n.ºs 14 e 75, que dispõem sobre o prazo de renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal junto à União.

Os senadores discutiram o substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional n.º 19, que trata da alocação de recursos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Por último, foi aprovado requerimento arquivando definitivamente projeto que autorizava o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) a doar um imóvel, no Rio de Janeiro, à Sociedade Civil de Amparo ao Menor.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1999

1

Projeto de Resolução n.º 48, de 1999. CAE. Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 500 milhões, junto ao Banque Paribas, destinada ao financiamento de bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Resolução n.º 49, de 1999. CAE. Autoriza o Amazonas a contratar operação de crédito com a União, com a intervenção do Banco do Estado do Amazonas S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central, em 13 de novembro de 1998, no valor de até R\$ 357.000.000,00.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1999 (n.º 4/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição n.º 19, de 1997. Antonio Carlos Valadares e outros. Altera os arts. 34, inciso VII, alínea "e", 35, inciso III, 167, inciso IV, e 198, da Constituição federal, que dispõem sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências.

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

5

Requerimento n.º 161, de 1999. Paulo Hartung. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n.ºs 14 e 75, de 1999, por versarem sobre o prazo de renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União.

Resultado: Aprovado. Os PLS n.ºs 14 e 75, de 1999, passam a tramitar em conjunto, e retornam à CAE, em decisão terminativa.

6

Requerimento n.º 162, de 1999. Artur da Távola. Solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1999, de sua autoria, que autoriza o Instituto de Resseguros do Brasil — IRB, a doar à Sociedade Civil de Amparo ao Menor "A Minha Casa" o imóvel que especifica.

Resultado: Aprovado. O PLS n.º 40, de 1999, vai ao Arquivo.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Autorizada operação de saneamento financeiro do BEA

Por unanimidade, os senadores aprovaram projeto de resolução que autoriza o estado do Amazonas a contratar operação de crédito no valor de até R\$ 357 milhões, com a intervenção do Banco do Estado do Amazonas, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central. O empréstimo é destinado ao saneamento do Banco do Estado do Amazonas (BEA) e à integralização de capital da agência de fomento do estado.

A operação faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) foi o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com o parecer, R\$ 253,5 milhões serão destinados à aquisição de ativos do Banco do Estado do Amazonas (BEA) pelo governo do estado. Outros R\$ 40 milhões serão destinados à integralização de capital da agência de fomento.



Suplicy destacou a importância do tratado internacional aprovado pelo plenário